

TRABALHO e DESCANSO

19-3-944

Aquêlê nosso artigo, em que advogamos a necessidade social de serem pagos os dias de descanso do operário, teve a felicidade de merecer a pena esclarecida de Magalhães Costa quatro brilhantes artigos de fundo, no «Diário do Minho». Não é para agradecer-lhe a honra de tão sábios comentários que voltamos ao assunto. Magalhães Costa não duvida dos nossos sentimentos de admiração pelo seu talento, nem precisa de nós qualquer elogio ao brilho da sua pena. Se voltamos a escrever sobre o mesmo problema, é porque merece mais largo comentário esta justa aspiração das massas trabalhadoras.

Magalhães Costa, depois de ter dado ao nosso ponto de vista o apoio do seu saber, lastima que os operários nem sempre estejam á altura de compreender e apreciar os benefícios económicos das reformas sociais e, sobretudo, não tenham sempre, como seria de desejar, aquela formação cívica e moral que os leve a tirar o devido proveito das regalias conquistadas. Para quantos, o aumento da fêria, por exemplo, não vem a redundar em maior prejuizo pelo mau uso que fazem do acréscimo de salário?!

Ninguém pode duvidar da sinceridade da nossa paixão pela causa operária, nem dos esforços que temos feito para que essa paixão não fique apenas em simples discursos ou artigos de jornal. Temos, portanto, dobrada autoridade para exprobar aos operários tudo quanto possa manchar aquela dignidade que desejamos ver nêles respeitada, por êles próprios, e pelos outros.

Reconhecemos, por isso, quanta fração teve Magalhães Costa para lastimar o dinheiro mal gasto por êles, e a loucura daqueles que aproveitam o domingo, mais para arruinar a saúde, do que para retemperar as forças num tranquilo e reconfortante descanso. Reconhecemos também que, muitas vezes, valeria mais não lhes conceder aumento de fêria, do que proporcionar-lhes com ela possibilidades maiores de perdição. Mas êstes desmandos, por mais lastimáveis que sejam, não podem constituir razão suficiente, como muito bem esclarece Magalhães Costa, para que se não dê ao operário a parte que lhe compete na distribuição da riqueza colectiva, ou o lugar que merece no convívio social. Estamos, portanto, de acôrdo em que é necessário fazer acompanhar — direi mesmo, preceder — a melhoria de situação económica, pelo levantamento do nível social e moral da alma operária.

Nós somos daqueles que admiramos e estimam os tesouros de grandeza que se ocultam tanta vez no coração desconhecido do nosso povo. Nós somos dos que têm vibrado de entusiasmo perante a beleza ruda das almas heróicas que, da sua pobreza, ainda sabem tanta vez arrancar luz e amor suficientes para aquecer o lar despido dos seus irmãos mais pobres, que não encontraram noutro lado um agasalho nem pão. E se na massa operária há muitos que a envergonham pelo seu procedimento, a grande maioria possui ainda tamanha riqueza de sentimentos que não recusa confronto com outra qualquer classe.

Tudo isto, porém, que é muito, seria muito mais, se tivesse havido ou houvesse ainda quem se esforçasse por dar á classe operária a educação cívica e moral de que anda tão carecida.

Sem essa educação, não admira que não compreenda, que não tenha brio, que não estime a sua dignidade. O que faz, nas outras classes, manter o nível social mais elevado é o respeito pelo nome de família, o amor pelos bens adquiridos ou herdados, as conveniências sociais que é forçoso respeitar, ou a educação recebida num lar acolhedor ou nas escolas e colégios. A massa operária não tem um nome de família, não usufrui de bens que haja de precaver, não sente á sua volta conveniências sociais a ter em conta, não recebeu tanta vez outra educação que não seja a da rua ou a dum lar sem conforto, nem luz, nem sol.

Se não houver um esforço colectivo — e, neste, a maior parte compete ao patrão — para dar ao operário a educação necessária, ninguém poderá atirar-lhe a primeira pedra. Muito de admirar será antes que ha-

ja ainda tanta virtude em quem tão poucas condições possui para a ter. Por isso defendemos as regalias operárias independentemente do bom ou mau uso que delas possam fazer. E' que, sem estas regalias reconhecidas, cremos impossível elevar-se, como convem, o nível moral do nosso povo trabalhador.

Mas não vamos ao ponto de não lastimar o pouco ou nenhum cuidado que existe em colocar o operário em condições educativas de trabalho, e o pouco ou nenhum esforço feito para dar aos operários a consciência duma dignidade pessoal e colectiva que é forçoso respeitar. Conhecemos locais de trabalho tão desmoralizados, que só almas de eleição, dotadas de virtude heróica, podem sair incólumes da corrupção forçada do ambiente. Em muitos dêles, parece até haver o propósito de consumir em definitivo a corrupção que a rua ou a taberna começaram.

Não sirvam, portanto, os argumentos da pouca educação moral do operário para nos escusar do dever de proporcionar-lhes aquêles meios de vida que a justiça social impõe. Se há muitos operários que chegam na segunda-feira á fábrica mais cansados do que saíram dela no sábado anterior, isso não justifica que não se lhe pague o dia de descanso. Magalhães Costa está de acôrdo em afirmar que o facto só pode servir para nos arrependermos de ter deixado por tanto tempo as massas trabalhadoras abandonadas á miséria moral do seu viver, e ao ambiente deletério das oficinas, dos escritórios, das fábricas e dos seus próprios lares, quando os possuem.

Punhamos os operários em condições de vida económica compatíveis com a virtude, proporcionemos-lhe uma vida familiar normal com a esposa-mãe no desempenho da sua mo- bre e generosa missão, não arranquemos cedo de mais os seus filhos para a vertigem do trabalho fabril, preparemos uma ordenada e progressiva educação da juventude operária, e não receemos depois que se consuma no vício o acréscimo de bem-estar a que têm fundamental direito.